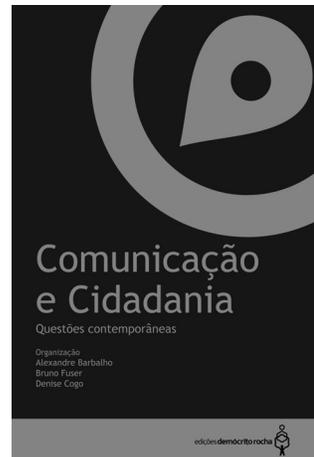




**Alexandre Barbalho, Bruno Fuser
y Denise Cogo (Coordinadores).
Questões de Cidadania e
Comunicação no Brasil**

Quais são as articulações possíveis entre cidadania e comunicação em nossos dias? Como os diversos grupos e populações negociam suas visibilidades e reivindicam direitos num tempo de reconfiguração das esferas públicas? Estas parecem ser questões fundamentais que conduzem como fios condutores os nove artigos reunidos na coletânea “Comunicação e cidadania: questões contemporâneas” organizada por Alexandre Barbalho, Denise Cogo e Bruno Fuser (Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 2011). Os textos trazem à luz tanto o que tem sido pensado no campo conceitual como empírico em estudos realizados por pesquisadores de comunicação em várias partes do Brasil.

A coletânea é iniciada por duas produções conceituais feitas por Cecília Peruzzo e por Raquel Paiva. A primeira estudiosa debate as reelaborações no setor de comunicação popular, alternativa e comunitária. A autora faz uma revisão destes processos dos anos 1970 até os anos 2000 contextualizando-os nos diversos acontecimentos sócio-históricos, tais quais a redemocratização após a ditadura militar, os refluxos dos movimentos sociais e a implementação da política neoliberal no país. Tendo como pano de fundo tal contexto Peruzzo conclui que os processos comunicação não passaram incólumes a essas transformações fazendo com que a comunicação comunitária, popular-alternativa e o jornalismo alternativo se atualizassem e assumissem diversas e novas feições: como a incorporação das novas tecnologias e os novos ativismos, por exemplo.



Semelhante constatação tem Raquel Paiva quando propõe o termo “minorias flutuantes” para analisar as expressões daquele ativismo social na contemporaneidade. A autora desenvolve sua argumentação destacando o local estratégico da comunicação dentro dos processos de agendamento e visibilidade das bandeiras que os diversos movimentos sociais minoritários empreendem. Neste contexto a mesma afirma que as características efêmeras e muitas vezes restritas ao virtual fazem com que muitas das reivindicações das “minorias flutuantes” sejam eventos pontuais e não-orgânicos, se utilizarmos os termos de Antônio Gramsci. Contudo, mesmo assim, Paiva conclui que essa dimensão de aparição, muitas vezes midiática, não deve ser desprezada, pois expressa o caráter discursivo das disputas em curso.

No campo empírico os artigos produzidos por Bruno Fuser; Catarina Oliveira; Márcia Vidal; Alexandre Nunes e Alexandre Barbalho discutem a utilização das tecnologias de comunicação como instrumento das políticas de governo (telecentros, jornais) ou como fórum de discussão destas mesmas políticas (site de relacionamentos, sites de bairro).

Bruno Fuser retoma a questão da implementação da política neoliberal no Brasil e suas conseqüências na análise do que ele chamou de falácia da “inclusão digital”. Nesta perspectiva de intervenção mínima do governo nas questões sociais a noção de “inclusão” em sua expressão comunicacional é reduzida ao acesso à informação através dos telecentros (locais públicos de uso da internet). Tal contexto exclui-se a dimensão de leitura crítica das mídias e da realidade social por ela pautada. Outra conseqüência é que nesta perspectiva praticamente fica impedida a ascensão do cidadão comum ao status de protagonista e agente nos processos comunicacionais.

Se Fuser pesquisou a dimensão de intervenção da política pública nos processos de “acesso” ao mundo virtual, Catarina de Oliveira desenvolveu estudo sobre o surgimento espontâneo de um site comunitário. Este espaço virtual congrega as inquietações e reivindicações dos moradores do Bairro Elery localizado em Fortaleza, capital do Ceará, estado do nordeste brasileiro. Ali a possibilidade de surgimento de uma esfera pública é iniciada a partir do momento em que a realidade do citado bairro passa a ser discutida pelo ângulo de seus próprios moradores. Outro objetivo daquele espaço virtual é o registro dos cotidianos do bairro, suas festividades e a preservação da memória local contra o esquecimento.

Características imprescindíveis para a gestação do espaço público e da memória coletiva.

Já o artigo de Márcia Vidal antecipa a decadência e fragilidade do site de relacionamentos Orkut. Este é visto pela autora como um espaço de encontros virtuais e fóruns de discussão sem qualquer perspectiva de durabilidade e onde a “política” ali exposta é volátil e fluida.

Outro tipo de experiência política aparece no texto de Alexandre Nunes e Alexandre Barbalho. É a comunicação alternativa agora articulada entre governo e sociedade civil através da produção de jornais estudantis em escolas públicas estaduais. Segundo os pesquisadores esse tipo de publicação acaba por gerar um espaço participativo e conflituoso no qual se exerce o monitoramento da execução da política de educação. Logo, há a participação efetiva dos alunos na vida escolar e a articulação destes com outros movimentos de juventudes locais.

Essa possibilidade tensa, onde a fala do subalterno emerge, também é discutida por Maria Luiza Mendonça na sua reflexão sobre a cultura dos grupos vulnerabilizados e sua recente apropriação da produção audiovisual. Assim como os sites comunitários e os jornais escolares a produção audiovisual local aparece como espaço de expressão no qual se utiliza a mídia para mostrar pontos de vista dos grupos subalternos e seus modos de vida para além do estigma e do estereótipo.

Na publicação em tela a cidadania, a migração e a juventude são tratadas por Denise Cogo e Deismer Gorczewski como experiências não só jurídicas, mas também vividas. Para tanto, as professoras selecionaram jovens migrantes que residem na Europa e na América Latina em vistas de compreenderem este fenômeno e sua articulação com o consumo midiático. Em ambos cenários das experiências de deslocamento (Espanha e Brasil) detecta-se o processo de marginalização do migrante. Os jovens residentes na Espanha relatam a “criminalização” das migrações contemporâneas na qual a mídia tem papel central. Já os entrevistados que vivem no Brasil não se ressentem da criminalização, mas da invisibilidade dos mesmos na mídia brasileira. Em ambos os casos as autoras não perceberam a participação direta dos mesmos em nenhum processo de gestão e produção midiáticas.

Ainda no contexto dos conflitos e visibilidades contemporâneas Mohammed Elhaji traz o debate conceitual da comunicação intercultural não apenas como elemento de afirmação identitária das minorias, mas

também como estratégias de formação de consensos e de legitimação tanto interna ao grupo minoritário como externa a ele. Para o autor em uma realidade onde ocorre a progressiva ampliação do espaço público virtual estas táticas vão além da auto-representação do real pelos grupos e adentram a arena da disputa de poder quando pautam suas políticas e bandeiras. Assim, as minorias reivindicam transformações tanto nas posturas de governo como na sociedade civil.

O livro “Comunicação e Cidadania: questões contemporâneas” é um interessante conjunto de interpretações que, numa unidade surpreendente, discute as confluências e divergências existentes entre os dois campos. Torna-se, portanto leitura imprescindível para aqueles que pretendem atuar e refletir sobre tensões e ambigüidades que pautam as diversas mídias alternativas nestas primeiras décadas do século XXI.

Alexandre Nunes

*Universidade Federal do Ceará-Cariri,
Brasil*